



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 054/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial nº PG/GC 027/2018, de um lado, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Gilberto Fernandes Salvador, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF nº 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG nº 3.989.847-0 SESP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa Ângela M R Queiroz Confecções, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.758.832/0001-95, estabelecido na Av. José Bonifácio, 1287 - centro - São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por sua titular a Sra. Ângela Maria Rigo Queiroz, brasileira, casada, empresária, portadora da RG nº 7.828.193-6 SSP/PR e CPF nº 027.118.619-45, residente e domiciliado na Rua João Batista das Chagas, 832 - centro - São José das Palmeiras-PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira - Do objeto: Aquisição materiais de expediente destinados a manutenção de todas as secretarias e departamentos da prefeitura municipal de São José das Palmeiras

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis: Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº 027/2018, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

Cláusula Terceira: - Do preço, condições de pagamento - O preço será de R\$ 64.482,00 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais) até término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 15 (quinze) de cada mês, subsequente ao da entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo único: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico prefeitura@saosjosedm@gmail.com

Cláusula Quarta - Da duração e do crédito orçamentário: - O presente contrato terá duração até 01 de agosto de 2019, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES					
Exercício	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	140	02.001.04.122.0002.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	210	02.002.04.121.0002.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	330	03.001.04.122.0002.2018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	440	03.001.04.122.0002.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	580	03.002.04.122.0002.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	640	04.001.04.123.0003.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



2018	710	04.002.04.123.0003.2024	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1040	05.001.12.361.0004.2032	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1160	05.001.12.361.0004.2033	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1181	05.001.12.361.0004.2033	132	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1310	05.001.12.365.0004.2034	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1450	05.001.12.365.0004.2036	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1490	05.001.12.365.0004.2037	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1540	05.001.12.367.0004.2038	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1620	05.002.13.392.0005.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2120	06.002.10.301.0007.2053	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2121	06.002.10.301.0007.2053	495	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2122	06.002.10.301.0007.2053	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2481	06.002.10.304.0007.2057	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3310	09.001.08.244.0012.2076	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3360	09.002.08.241.0012.2077	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3460	09.002.08.243.0012.6079	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3490	09.002.08.244.0010.6080	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3620	09.002.08.244.0012.2083	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3660	09.002.08.244.0012.2084	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3720	09.002.08.244.0012.6085	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3760	09.002.08.244.0012.6086	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3900	09.003.08.243.0012.2089	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Cláusula Quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sica, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Cláusula Sexta: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Cláusula Oitava: A entrega dos produtos deverá ocorrer quando da solicitação da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: Os materiais deverão ser entregues na sede da Prefeitura do Município de São José das Palmeiras, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) a partir da solicitação de entrega.

Parágrafo Segundo: As quantidades máximas inicialmente licitadas, constantes no anexo I do presente pregão presencial, poderão ser inferiores de acordo com a necessidade da Administração.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

Cláusula Nona - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, Sra. Dgessica Caroline Niederle, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima - Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira - Da Fraude e da Corrupção - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

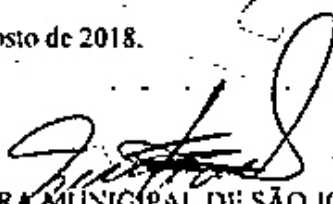


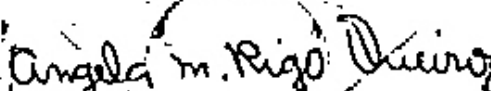
contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

São José das Palmeiras, em 01 de Agosto de 2018.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante


ANGELA M. R. QUEIROZ CONFECCÕES
Contratado

Testemunhas: _____



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



EXTRATO DE CONTRATO N° 054/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2018.

OBJETO: Aquisição materiais de expediente destinados a manutenção de todas as secretarias e departamentos da prefeitura municipal de São José das Palmeiras

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

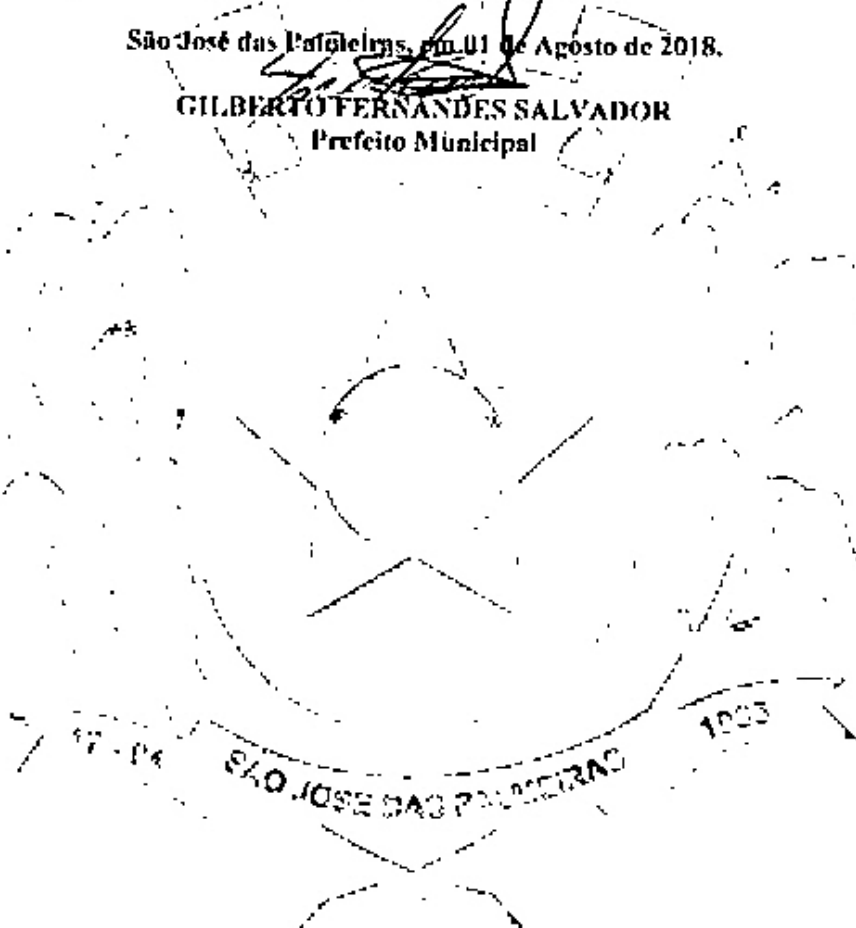
CONTRATADO: ÂNGELA M R QUEIROZ, CONFECCÕES - ME

VALOR: R\$ 64.482,00 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais, até término do contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 01 de agosto de 2019.

São José das Palmeiras, em 01 de Agosto de 2018.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal





Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 055/2018
PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2018

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 027/2018, de um lado, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito pelo Sr. Prefeito Municipal, o Gilberto Fernandes Salvador, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF n.º 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG n.º 3.989.847-0 SESP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa Januário Gonçalves de Souza, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 75.015.271/0001-10, estabelecido na Av. José Bonifácio, 1204 - centro - São José das Palmeiras-PR neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. Januário Gonçalves de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador da RG n.º 1.299.154, SSP/PR e CPF n.º 224.908.689-34, residente e domiciliado na Av. José Bonifácio, 1204 - centro - São José das Palmeiras-PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira - Do objeto: Aquisição materiais de expediente destinados a manutenção de todas as secretarias e departamentos da prefeitura municipal de São José das Palmeiras

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis: Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial n.º 027/2018, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento: O preço será de R\$ 40.942,00 (quarenta mil, novecentos e quarenta dois reais), até término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 15 (quinze) de cada mês, subsequente ao da entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo único: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico prefeitura@sjosadm@gmail.com

Cláusula Quarta - Da duração e do crédito orçamentário: O presente contrato terá duração até 01 de agosto de 2019, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES					
Exercício	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	140	02.001.04.122.0002.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	210	02.002.04.121.0002.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	330	03.001.04.122.0002.2018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	440	03.001.04.122.0002.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	560	03.002.04.122.0002.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	640	04.001.04.123.0003.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.818.605/0001-33



2018	710	04.002.04.123.0003.2024	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1040	05.001.12.361.0004.2032	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1160	05.001.12.361.0004.2033	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1161	05.001.12.361.0004.2033	132	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1310	05.001.12.365.0004.2034	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1450	05.001.12.365.0004.2036	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1490	05.001.12.366.0004.2037	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1540	05.001.12.367.0004.2038	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1620	05.002.13.392.0005.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2120	06.002.10.301.0007.2053	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2121	06.002.10.301.0007.2053	495	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2122	06.002.10.301.0007.2053	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2481	06.002.10.304.0007.2057	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3310	09.001.08.244.0012.2076	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3360	09.002.08.241.0012.2077	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3460	09.002.08.243.0012.6079	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3490	09.002.08.244.0010.6080	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3620	09.002.08.244.0012.2083	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3660	09.002.08.244.0012.2084	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3720	09.002.08.244.0012.6085	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3760	09.002.08.244.0012.6086	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	3900	09.003.08.243.0012.2089	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Cláusula Quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Cláusula Sexta: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Cláusula Oitava: A entrega dos produtos deverá ocorrer quando da solicitação da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: Os materiais deverão ser entregues na sede da Prefeitura do Município de São José das Palmeiras, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) a partir da solicitação de entrega.

Parágrafo Segundo: As quantidades máximas inicialmente licitadas, constantes no anexo I do presente pregão presencial, poderão ser inferiores de acordo com a necessidade da Administração.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

Cláusula Nona - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, Sra. Dgesslea Caroline Niederle, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima - Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira - Da Fraude e da Corrupção - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas no participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

São José das Palmeiras, em 01 de Agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

JANUARIO GONCALVES DE SOUZA
Contratado

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018.**

OBJETO: Aquisição materiais de expediente destinados a manutenção de todas as secretarias e departamentos da prefeitura municipal de São José das Palmeiras

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: JANUARIO GONCALVES DE SOUZA - ME

VALOR: R\$ 40.942,00 (quarenta mil, novecentos e quarenta dois reais).até término do contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 01 de Agosto de 2019.

São José das Palmeiras, em 01 de Agosto de 2018.


GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

